

PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS (PPR)

EMPRESA: **TCHETURBO PROVEDOR DE INTERNET LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.089.278/0001-63, com endereço na BR 386, Km 32, nº 1.106, bairro Barril, na cidade de Frederico Westphalen/RS, no ato, representada na forma do Contrato Social e demais atos constitutivos, doravante denominada como **Empresa** ou **Tche Turbo**;

SINDICATO: **SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES E OPERADORES DE MESAS TELEFÔNICAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SINTTEL RS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 89.623.375/0001-11, com sede na Rua Washington Luiz, nº 572, na cidade de Porto Alegre/RS, no ato, representado por seu Diretor Presidente, Sr. **GILNEI PORTO AZAMBUJA**, inscrito no CPF/MF sob o nº 236.073.000-20, doravante denominado como **Sindicato**; e

COMISSÃO PARITÁRIA: formada pelos **representantes dos Empregados**, escolhidos pelos gestores de cada Departamento da Empresa e aprovada pelos próprios **Empregados**, em um processo realizado no mês de janeiro do ano corrente (2025), estando assim formada:

- a. Departamento Comercial: **Tarcísio José Gomes de Moraes**, inscrito no CPF/MF nº 025.988.210-09.
- b. Departamento de Estoque e Serviços Gerais: **Lisiane Natali Barro**, inscrita no CPF/MF nº 012.334.060-86.
- c. Departamento Financeiro: **Maria Eduarda Heizmann Berger**, inscrita no CPF/MF nº 031.828.030-26.
- d. Departamento de Marketing: **Mathias Paulus Link**, inscrito no CPF/MF nº 092.169.829-18.
- e. Departamento Operacional: **Alex da Silva Cezar**, inscrito no CPF/MF nº 042.197.180-01.
- f. Departamento de Recursos Humanos (RH): **Carlino Barratto Júnior**, inscrito no CPF/MF nº 031.558.440-86.
- g. Departamento de Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC): **Fabio Antônio Kovalski**, inscrito no CPF/MF nº 034.046.160-81.
- h. Departamento de Tecnologia da Informação (TI): **Selmar José da Silva Júnior**, inscrito no CPF/MF nº 032.557.540-11.

Para cada um dos titulares da Comissão Paritária, representantes dos seus respectivos departamentos, menciona-se que, no impedimento do titular, por decorrência de desligamentos e/ou afastamentos temporários, assumirá o cargo o **Empregado** segundo mais votado, considerado como suplente imediato.



1. CLÁUSULA PRIMEIRA - CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

1.1. O presente Programa de Participação nos Resultados (PPR) refere-se ao **exercício de 2025**, e atende ao disposto no art. 7º, inciso XI, da Constituição Federal, e art. 2º da Lei nº 10.101/2000, não constituindo base de incidência de encargo trabalhista e/ou previdenciário por estar desvinculado da remuneração dos **Empregados**, não lhe sendo aplicado o princípio da habitualidade.

1.2. As regras e metas financeiras e quantitativas foram definidas pela diretoria da **Empresa**, tendo sido divulgadas aos **Empregados**, com acompanhamento em reuniões mensais, cujos objetivos são:

- a) fortalecer a relação entre as partes;
- b) reconhecer o esforço individual e da equipe na construção do resultado;
- c) estimular o interesse dos **Empregados** na gestão e nos resultados da empresa;
- d) assegurar aos **Empregados** a Participação nos Lucros e Resultados da **Empresa**, com a finalidade de incentivo à qualidade e à produtividade, na forma deste instrumento e nos termos da Constituição Federal e da Lei nº 10.101/2000.

1.3. Para fixação das metas e dos indicadores serão consideradas as condições de expansão e desenvolvimento da **Empresa**, de forma audaciosa e desafiadora, e contempladas as condições factíveis e exequíveis para o alcance delas.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES LEGAIS E COMISSÃO ELEITA:

2.1. O presente Programa tem como fundamento legal às disposições contidas no art. 7º, inciso XI, da Constituição Federal, art. 3º da Lei nº 10.101/2000 e as alterações contidas na Lei nº 12.832/13, para o exercício vigente, como forma de integração entre o capital e o trabalho, assim como de incentivo à produtividade, abrangendo todos os estabelecimentos da **Empresa** e os seus **Empregados**, inclusive menores aprendizes e estagiários, exceto àqueles terceirizados e seus colaboradores, autônomos e temporários.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - ABRANGÊNCIA:

3.1. O presente acordo abrange todos os estabelecimentos da **Empresa** e seus **Empregados**, em efetivo exercício no quadro da empresa, bem como os menores aprendizes, estagiários e os que venham a ser admitidos durante a vigência do Programa de Participação nos Resultados (PPR), observadas as regras de elegibilidade detalhadas nas cláusulas abaixo.

4. CLÁUSULA QUARTA - OBJETIVO:

4.1. Este instrumento tem como objetivo o de regulamentar a participação dos **Empregados** no Programa de Participação nos Resultados (PPR) obtidos no ano de 2025.



4.2. O objetivo do programa é compartilhar e repartir, com os **Empregados**, parte do lucro obtido pela **Empresa** pelas metas atingidas, com intuito de estimular o comprometimento dos **Empregados** com a mesma, recompensando e reconhecendo o desempenho extraordinário de cada **Empregado**.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA PERIODICIDADE E A NÃO INCIDÊNCIA DE ENCARGOS:

5.1. O Programa de Participação nos Resultados (PPR) de que trata o presente instrumento, terá como base o exercício anual da empresa, compreendido entre **01/01/2025 e 31/12/2025**.

5.2. Conforme o disposto no art. 3º da Lei nº 10.101/2000, o pagamento da Participação nos Resultados não constitui base de incidência de qualquer encargo trabalhista ou previdenciário, sendo inaplicável o princípio da habitualidade.

5.3. A **Empresa** e o **Sindicato** estabelecem que será objeto de negociação coletiva a eventual redução do valor a ser pago, na eventual hipótese de vir a ser criada a incidência de encargos trabalhistas ou previdenciários sobre o montante apurado a título de participação nos resultados da empresa.

5.4. As partes concordam que após assinatura do presente Programa, eventual superveniência de planos econômicos, crises ou alterações imprevistas na lei que possam vir a tornar o presente Acordo inexecutável, a **Empresa**, o **Sindicato** e a **Comissão Paritária** se reunirão para negociação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO:

6.1. O valor máximo a ser pago a título de PPR corresponderá ao **salário-base do Empregado do mês de dezembro do ano de 2025**, excluída todas as verbas adicionais incidentes, como, por ex.: gratificação natalina, periculosidade, insalubridade, adicional por tempo de serviço, quebra de caixa, comissões, reflexos de horas, horas extras, adicional por cargo de confiança, salário-família, auxílio-creche, entre outras, com a dedução do Imposto de Renda (IR) tributado exclusivamente na fonte.

6.2. O valor a ser pago a título de PPR ficará condicionado e vinculado ao atingimento das metas coletivas e individuais que se encontram estabelecidas na **Cláusula Sétima**.

6.3. A **Empresa** e o **Sindicato** estabelecem que o pagamento/distribuição do resultado será efetuado até **dia 30/04/2026** a cada **Empregado**.

6.4. O pagamento será efetuado levando em consideração as regras adiante fixadas, as quais serão observadas para fixação do quantitativo devido de acordo com a proporcionalidade do cumprimento das metas.

6.5. O pagamento do PPR está vinculado aos resultados das metas estabelecidas pela **Empresa**, estruturadas com base no resultado financeiro e desempenho coletivo e individual.



7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PREMISSAS DO PROGRAMA E DOS INDICADORES DE RESULTADO PARA PAGAMENTO DO PPR:

7.1. Ficam convencionadas como metas **coletivas** para pagamento do PPR, as seguintes:

- a) **EBITDA**, que corresponderá a **30%** do valor a ser pago a título de PPR;
- b) **CHURN**, que corresponderá a **35%** do valor a ser pago a título de PPR;
- c) **INADIMPLÊNCIA**, que corresponderá a **10%** do valor a ser pago a título de PPR.

7.2. Ficam convencionadas como metas **individuais** para pagamento do PPR, as seguintes:

- a) **ABSENTEÍSMO**, que corresponderá a **10%** do valor a ser pago a título de PPR;
- b) **PENALIDADE**, que corresponderá a **5%** do valor a ser pago a título de PPR;
- c) **DESEMPENHO**, que corresponderá a **10%** do valor a ser pago a título de PPR.

7.3. Em relação ao **EBITDA**, que se elege como primeira e mais representativa meta coletiva, por ser condição de **exclusão** do pagamento do PPR se não atingida, serão observados os seguintes critérios:

- a) O **EBITDA** será o indicador gatilho, de forma que, alcançado o valor estipulado como meta anual, possibilitará o pagamento do PPR, observados os demais critérios aqui estabelecidos.
- b) O valor do **EBITDA** (*Lucros antes dos juros, tributos, depreciação e amortização*) fixado para pagamento do PPR será de **R\$ 9.000.000,00** (nove milhões de reais).
- c) Se este valor de **EBITDA** (R\$ 9.000.000,00) não for atingido, **não haverá pagamento do PPR deste exercício a nenhum dos Empregados**.
- d) Atingida a meta projetada para o **EBITDA** será pago aos **Empregados** o valor equivalente a **30% do salário-base do Empregado**, na forma prevista na **Cláusula Sexta, item 6.1**.
- e) Se o **EBITDA** superar em pelo menos **5%** (cinco por cento) acima da meta originalmente projetada (ou seja, ultrapassar **R\$ 9.450.000,00**),



haverá um incremento de **10% (dez por cento)** a ser pago no PPR, ou seja, os **Empregados** poderão receber mais **0,1 salário-base do Empregado**, na forma prevista na **Cláusula Sexta, item 6.1**.

7.4. Em relação ao **CHURN**, assim caracterizada como a perda de clientes ou de receita devido a cancelamentos de planos ou saídas de clientes, ficam estabelecidos os seguintes critérios:

- a) A **meta anual estipulada é de 0,70%** (zero vírgula setenta por cento), que, se atingida, possibilitará o pagamento aos **Empregados** do valor equivalente a **35% do salário-base do Empregado**, na forma prevista na **Cláusula Sexta, item 6.1**
- b) Se o **CHURN** atingir **menos do que 0,65%** (zero vírgula sessenta e cinco por cento) da meta anual, haverá um incremento de **10% (dez por cento)** a ser pago no PPR, ou seja, os **Empregados** poderão receber mais **0,1 salário-base do Empregado**, na forma prevista na **Cláusula Sexta, item 6.1**.
- c) Se o **CHURN** superar o índice de **0,70%** (zero vírgula setenta por cento) mas for inferior a **0,80%** (zero vírgula oitenta por cento), **cada Empregado receberá apenas 15%** (quinze por cento) do **salário-base do Empregado**, na forma prevista na **Cláusula Sexta, item 6.1**.
- d) Se o **CHURN** atingir mais do que **0,80%** (zero vírgula oito por cento), **não haverá o pagamento dos 35%** (trinta e cinco por cento) previstos para este indicador, sem prejuízo do pagamento do PPR, calculado sobre o **salário-base do Empregado**, na forma prevista na **Cláusula Sexta, item 6.1**, com base nos demais critérios aqui estabelecidos.

7.5. Quanto a **Inadimplência**, também estabelecida como **meta coletiva**, ficam estabelecidos os seguintes critérios:

- a) A **meta anual estipulada é de 0,90%** (zero vírgula noventa por cento), que, se atingida, possibilitará o pagamento aos **Empregados** do valor equivalente a **10% do salário-base do Empregado**, na forma prevista na **Cláusula Sexta, item 6.1**.
- b) Se a inadimplência atingir **menos do que 0,75%** (zero vírgula setenta e cinco por cento) da meta anual, haverá um incremento de **10% (dez por cento)** a ser pago no PPR, ou seja, os **Empregados** poderão receber mais **0,1 salário-base do Empregado**, na forma prevista na **Cláusula Sexta, item 6.1**.
- c) Se a inadimplência atingir **mais do que 0,90%** (zero vírgula noventa por cento) e **menos do que 1,10%** (um vírgula dez por cento), **cada Empregado receberá apenas 10%** (dez por cento) do **salário-**



base do Empregado, na forma prevista na **Cláusula Sexta, item 6.1**.

- d) Se a inadimplência atingir **mais do que 1,10%** (um vírgula dez por cento), **não haverá o pagamento dos 10%** (dez por cento) previstos para este indicador, sem prejuízo do pagamento do PPR, calculado sobre o **salário-base do Empregado**, na forma prevista na **Cláusula Sexta, item 6.1**, com base nos demais critérios aqui estabelecidos.

7.6. Em relação ao **Absenteísmo**, considerado **meta individual**, serão observados os seguintes critérios para pagamento:

- a) A **meta anual estipulada é de 01 (uma) falta não justificada no ano**, que, se atingida, possibilitará o pagamento aos **Empregados** do valor equivalente a **10% do salário-base do Empregado**, na forma prevista na **Cláusula Sexta, item 6.1**.
- b) Se o **Empregado** tiver **02 (duas) faltas anuais ou mais**, não justificadas, **não haverá o pagamento dos 10%** (dez por cento) previstos para este indicador, sem prejuízo do pagamento do PPR, calculado sobre o **salário-base do Empregado**, na forma prevista na **Cláusula Sexta, item 6.1**, com base nos demais critérios aqui estabelecidos.

7.7. Quanto a **Penalidade**, também considerada **meta individual**, serão observados os seguintes critérios para pagamento:

- a) A **meta anual estipulada é a apresentação de nenhuma penalidade**, que, se atingida, possibilitará o pagamento aos **Empregados** do valor equivalente a **5%** (cinco por cento) **do salário-base do Empregado**, na forma prevista na **Cláusula Sexta, item 6.1**.
- b) Se ao **Empregado** for aplicada qualquer **penalidade**, **não haverá o pagamento dos 5%** (cinco por cento) previstos para este indicador, sem prejuízo do pagamento do PPR, calculado sobre o **salário-base do Empregado**, na forma prevista na **Cláusula Sexta, item 6.1**, com base nos demais critérios aqui estabelecidos.

7.8. Em relação ao **Desempenho**, considerada **meta individual**, serão adotados os seguintes critérios:

- a) A **meta anual estipulada é a obtenção de avaliação**, por seus gestores de área, **igual ou superior a 8** (oito), que, se atingida, possibilitará o pagamento aos **Empregados** do valor equivalente a **10% do salário-base do Empregado**, na forma prevista na **Cláusula Sexta, item 6.1**.



- b) Se o **Empregado** não atingir a avaliação igual ou superior a 8 (oito), **não haverá o pagamento dos 10%** (dez por cento) previstos para este indicador, sem prejuízo do pagamento do PPR, calculado sobre o **salário-base do Empregado**, na forma prevista na **Cláusula Sexta, item 6.1**, com base nos demais critérios aqui estabelecidos.

7.9. Caso não sejam atingidas todas as metas propostas, fica convencionado que **à exclusivo critério** da **Empresa**, poderão ser revistos os parâmetros previamente estabelecidos em favor de todos os **Empregados**, com objetivo de permitir o pagamento, sendo que a adoção desta solução, não descaracteriza o ajuste aqui encetado.

7.10. A revisão dos índices, e a sua eventual alteração, em benefício de todos os **Empregados**, se constituirá mera "concessão" e eventual tolerância realizada pela **Empresa**, não se constituindo – **em nenhuma hipótese** – alteração dos direitos e deveres aqui estabelecidos.

8. CLÁUSULA OITAVA - ELEGÍVEIS AO RECEBIMENTO DO PPR:

8.1. Além do atingimento das metas estabelecidas acima, os **Empregados** deverão cumprir os seguintes requisitos de elegibilidade:

- a) Para fazer jus à participação integral nos resultados, será necessário que o **Empregado** tenha trabalhado no período de 1º de janeiro de 2025 até 31 de dezembro de 2025.
- b) Os **Empregados** admitidos durante o exercício de 2025 terão direito ao PPR de forma proporcional aos meses trabalhados, sendo adquirido cada avo a partir de 15 (quinze) dias laborados em cada mês.
- c) Os **Empregados** dispensados sem justa causa e os que pedirem demissão, desde que tenham trabalhado no mínimo 15 (quinze) dias no ano de 2025, são elegíveis ao recebimento proporcional da participação nos resultados, verificando-se os critérios de elegibilidade contidos neste documento, bem como o cumprimento dos objetivos coletivos do período de apuração.
- d) Não será considerado para o cálculo de PPR a projeção do Aviso Prévio Indenizado. Neste caso, o PPR será calculado sobre o salário nominal vigente na data do desligamento.

8.2. Os **Empregados** demitidos sem justa causa e aqueles que pedirem a sua demissão no ano de 2025, terão preferencialmente até o **dia 30/04/2026**, para contatar a **Empresa**, através do endereço eletrônico: **rh@tcheturbo.com.br**, para exercer o direito de receber o PPR de que trata este instrumento.

8.3. No e-mail a ser enviado, o **Empregado** demitido sem justa causa e os que pediram demissão, deverão informar o seguinte: Nome completo; CPF/MF;



Conta, Agência e Banco; Tipo da Conta Bancária; Chave PIX (*se houver*), sob pena de perderem o direito de receber a referida verba administrativamente.

8.4. Para fins de cálculo do valor a ser pago aos **Empregados** demitidos ou que pedirem demissão aplicar-se-ão as mesmas regras dos demais, descritas na **Cláusula Sétima**.

8.5. O pagamento aos **Empregados** rescindidos será efetuado durante o mês de **maio/2026**, servindo-se o Comprovante de Transferência como Recibo de Quitação.

8.6. Os **Empregados** que forem demitidos por justa causa não terão direito ao recebimento de qualquer valor a título de participação nos resultados.

8.7. As faltas também impactarão no recebimento do PPR, com exceção das ausências que podem ser justificadas, previstas na Cláusula Quadragésima da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), bem como daqueles que estiverem afastados por licença maternidade, acidente de trabalho e atestado médico.

9. CLÁUSULA NONA - VIGÊNCIA:

9.1. As partes fixam o prazo de vigência do PPR homologado por meio do presente instrumento exclusivamente para o período compreendido entre 1º de janeiro de 2025 e 31 de dezembro de 2025.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS:

10.1. Os cálculos serão realizados de acordo com as métricas e os parâmetros determinados pelo presente instrumento.

10.2. Na hipótese de extinção do contrato de trabalho, por motivo de óbito do **Empregado**, o pagamento do Programa devido será feito aos sucessores legais, juntamente das verbas rescisórias, desde que apurado o Programa, ou, caso contrário, na ocasião da quitação dos **Empregados** desligados, quando o sucessor deverá habilitar-se na forma da Cláusula Oitava deste instrumento, enviando os documentos que comprovem a qualidade de sucessor.

10.3. A **Empresa** se compromete a disponibilizar nas plataformas corporativas da empresa o Acordo realizado com o **Sindicato**, com vistas a noticiar a sua existência, bem como facilitar a divulgação, conforme § 2º do art. 614 da CLT.

10.4. A **Empresa** também manterá este Acordo e as informações sobre o andamento das metas e objetivos nos meios de comunicação interna e pelas plataformas eletrônicas/corporativas.

10.5. O acompanhamento das metas ocorrerá mensalmente, através da **Comissão Paritária**, e os resultados estarão disponíveis para acompanhamento nas plataformas corporativas.



10.6. As **partes** concordam expressamente com a assinatura do instrumento e eventuais anexos por meio de plataforma eletrônica, desde que dentro dos padrões ICP-BRASIL, conforme autorizado pelo artigo 10, § 2º da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, e em caso de exigência de órgãos públicos, cartórios, entre outros, as partes se comprometem a ratificar este contrato através de assinatura física em papel, a qualquer tempo.

10.7. Caso ocorra alguma situação não prevista nas regras do Programa, a mesma será analisada conjuntamente pela **Comissão Paritária**, pela **Empresa** e pelo **Sindicato**.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ALTERAÇÕES SUPERVENIENTES:

11.1. Fica ressalvado que, na eventual hipótese de alteração na legislação que venha a incidir de encargos trabalhistas e/ou previdenciários sobre a Participação nos Resultados, a **Comissão Paritária**, a **Empresa** e o **Sindicato** discutirão a proporcional redução do valor da Participação, previsto neste Acordo.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ALTERAÇÕES:

12.1. No curso da vigência deste acordo, havendo alterações nos parâmetros dos processos ou alterações significativas e inesperadas na situação econômica da **Empresa** ou do País, a **Comissão Paritária**, a **Empresa** e o **Sindicato** obrigam-se a abrir negociações extraordinárias.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - COMPENSAÇÃO:

13.1. Os valores resultantes da presente participação nos resultados serão compensados com qualquer outra concessão legal, contratual e/ou judicial da mesma natureza que vier a ser, eventualmente, estabelecida, nos termos do art. 3º, § 3º, da Lei nº 10.101/2000.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - CASO FORTUITO/FORÇA MAIOR:

14.1. O Programa de Participação nos Resultados poderá ser suspenso nos casos de força maior, caso fortuito, recuperação judicial ou extrajudicial, falência e qualquer outro motivo que venha a impedir/dificultar a vida normal da **Empresa**, mediante acordo entre a **Empresa**, o **Sindicato** e a **Comissão Paritária**, motivo pelo qual a suspensão unilateral fica expressamente vedada.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SIGILO DAS INFORMAÇÕES:

15.1. Os empregados se comprometem a manter sigilo sobre as informações comerciais, financeiras e contábeis da **Empresa** às quais tenham acesso em razão de sua participação no presente programa, de forma que o descumprimento do dever de sigilo será tratado conforme as disposições contratuais individuais e legislação aplicável.



16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS:

16.1. As divergências decorrentes da aplicação do presente PPR poderão ser dirimidas pela Justiça do Trabalho de Frederico Westphalen, RS, local onde está sediada a **Empresa**.

16.2. É facultado a qualquer **Empregado**, verbalmente ou por escrito, recorrer à Comissão Paritária, na hipótese de dúvidas ou divergências em relação ao cumprimento do Acordo.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito.

Frederico Westphalen, RS, 22 de setembro de 2025.

TCHETURBO PROVEDOR DE INTERNET LTDA. - Empresa
Sônia Maria Cenedese Bastian – *Sócio-Administradora*

**SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE
TELECOMUNICAÇÕES E OPERADORES DE MESAS TELEFÔNICAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (SINTTEL RS)** - Sindicato
Gilnei Porto Azambuja - *Diretor Presidente*

COMISSÃO PARITÁRIA
Tarcísio José Gomes de Moraes

COMISSÃO PARITÁRIA
Lisiane Natali Barro



COMISSÃO PARITÁRIA
Maria Eduarda Heizmann Berger

COMISSÃO PARITÁRIA
Mathias Paulus Link

COMISSÃO PARITÁRIA
Alex da Silva Cezar

COMISSÃO PARITÁRIA
Carlino Barratto Júnior

COMISSÃO PARITÁRIA
Fabio Antônio Kovalesski

COMISSÃO PARITÁRIA
Selmar José da Silva Júnior



Para validar o documento, fotografe o QR Code
ou acesse: <https://assinatura.metadados.dev/validador>
Código do documento: 0165106c-8cf6-4f91-ba2d-f5cf6a4f7a97

Autenticação da assinatura

ID do documento

0165106c-8cf6-4f91-ba2d-f5cf6a4f7a97



REMETENTE DO DOCUMENTO

TcheTurbo Provedor de Internet LTDA
06089278/0001-63

Assinante 1

Carlino Barratto junior
bcarlino@tcheturbo.com.br
Assinado em: 02/12/2025 16:03:55

Assinante 2

Fabio Antonio Kovaleski
kfabio@tcheturbo.com.br
Assinado em: 02/12/2025 16:09:57

Assinante 3

Selmar Jose da Silva Junior
jselmar@tcheturbo.com.br
Assinado em: 02/12/2025 16:13:08

Assinante 4

Lisiane Natali Barro
lnatali@tcheturbo.com.br
Assinado em: 02/12/2025 16:22:41

Assinante 5

Maria Eduarda Heinzmann Berger
bmaria@tcheturbo.com.br
Assinado em: 02/12/2025 16:25:17

Assinante 6

Mathias Paulus Link
lmathias@tcheturbo.com.br
Assinado em: 02/12/2025 17:11:38

Assinante 7

Alex da Silva Cezar
salex@tcheturbo.com.br
Assinado em: 02/12/2025 17:32:19

Assinante 8

Tarcisio Jose Gomes de Moraes
taarsomoraes@live.com
Assinado em: 02/12/2025 18:12:58

